

PIIGS



Pós-crise?

A crise econômica mundial acabou? Entrevista com Reinaldo Gonçalves e artigos de Luiz Carlos Delorme Prado, Antonio Corrêa de Lacerda e Alexandre Palhano analisam a situação econômica dos PIIGS, EUA, Brasil e China.

Hylton Sarcinelli Luz denuncia a cultura da medicalização; FPO dissecou o Orçamento da Criança e do Adolescente.

Editorial

Pós-crise?

■ O bloco temático desta edição de julho do JE dedica-se a responder à seguinte pergunta: a crise acabou? Passados quase três anos da concordata do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, há focos de crise bastante visíveis e incertezas críticas, nas palavras do nosso entrevistado Reinaldo Gonçalves, professor do IE/UFRJ. Os problemas estão concentrados na Grécia, Irlanda e em Portugal, mas Espanha e Itália – denominados conjuntamente pela jocosa sigla PIIGS (em inglês, Portugal, Ireland, Italy, Greece e Spain, quase “pigs”, ou porcos) – também podem enfrentar problemas para financiar suas dívidas. Paralelamente, continua Reinaldo, a “locomotiva” EUA e a “sublocomotiva” Japão continuam patinando.

A situação da maior economia do mundo é o tema do artigo de Luiz Carlos Delorme Prado, também professor do IE/UFRJ. Ele faz um paralelo entre a crise recente e a da década de 1930, cujos efeitos “foram apagados com a economia de guerra”. No momento atual, conclui, não há perspectivas de que fatores exógenos resgatem a economia norte-americana.

E a economia do nosso país, a quantas anda? Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, questiona quem, diante de tanta mudança no quadro mundial, ainda afirma que não há o que ser mudado na política econômica brasileira – a começar pelo elevado nível da taxa básica de juros.

Fechando o bloco temático, o economista Alexandre Palhano, consultor da área financeira da Petrobras e professor da Universidade Petrobras, aborda em artigo a situação da economia da China, a nação menos afetada pela crise. O modelo híbrido, com forte participação do Estado na economia, permitiu que a China crescesse no espantoso ritmo de 9,8% ao ano nos últimos trinta e três anos.

Na sequência da edição, Hylton Sarcinelli Luz, médico homeopata e presidente da Ação pelo Semelhante, denuncia a hegemonia de uma medicina tecnológica que trabalha com a concepção de “combate às doenças” e fomenta a cultura da medicalização.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento discute a efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que completou 21 anos, através da análise da evolução do gasto e do peso do Orçamento da Criança e do Adolescente, o OCA, no orçamento total do Município do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

- 3 Pós-crise?
Luiz Carlos Delorme Prado
Economia política da crise econômica nos Estados Unidos: a retomada está em andamento?
- 5 Entrevista: Reinaldo Gonçalves
“Houve a década perdida da América Latina nos anos 1980 e é bem possível que atualmente esteja em curso o início da década perdida para países como Grécia, Irlanda e Portugal.”
- 8 Pós-crise?
Antonio Corrêa de Lacerda
Há ainda muito o que fazer na política econômica
- 10 Pós-crise?
Alexandre Palhano
A resposta da China frente à crise sistêmica de 2008-2009
- 12 Medicina
Hylton Sarcinelli Luz
É mais barato promover saúde
- 14 Fórum Popular do Orçamento
A maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente
- 16 Corecon e CRC criam fórum de entendimento
Prêmio de Monografia divulga banca examinadora
Agenda de cursos para 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – **Fax:** (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascountto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascountto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Economia política da crise econômica nos Estados Unidos: a retomada está em andamento?

■ Luiz Carlos Delorme Prado*

Crises econômicas têm sua própria dinâmica. Em seu percurso tradicional emergem como um *crash* e terminam como uma crise política. Foi assim na década de 1930 e está sendo assim sete décadas depois. A crise atual eclodiu com o estouro da bolha do *subprime* e adquiriu dimensão política nas disputas geradas pela administração dos grandes déficits públicos nos EUA e na Europa. Tal como a crise de 1930, interpretações da crise atual têm sido uma arena de debate das diversas correntes econômicas.

Há três interpretações principais sobre as causas da crise. A primeira, compartilhada pelas correntes tradicionais, imputa a responsabilidade a problemas de risco moral, facilitados pela ação regulatória do Estado, por políticas monetárias excessivamente frouxas e pela irresponsabilidade de alguns agentes do mercado. Variações dessa interpretação foram sustentadas pela *Financial Crisis Inquiry Commission* (FCIC) instituída pelo Congresso norte-americano e é o diagnóstico implícito no *Trouble Asset Relief Program* (TARP), apoiado pelos secretários do tesouro de Bush (Henry M. Paulson) e de Obama (Timothy Geithner). A segunda, proposta por autores de tradição de esquerda, marxistas, kaleckianos ou do radicalismo acadêmico norte-americano, imputa a crise à estagnação dos salários reais e à concentração de renda que, associados aos déficits fiscais e comerciais, levam à

necessidade de aumentar o endividamento das famílias para viabilizar a demanda doméstica – ou seja, a crise é explicada por problemas de realização¹. A terceira interpretação baseia-se na tradição keynesiana e aponta como principal causa da crise a desmontagem do aparato regulatório do período de hegemonia keynesiana e/ou problemas monetários associados à hipótese de estabilização financeira de Minsky. Sustentam essa abordagem autores como Jan Kregel (ver *Resolving the US Financial Crisis*, *PSL Quarterly Review*, vol.64 n° 256 (2011), pp.23-37) e James K. Galbraith (ver *The Great Crisis and The American Response*, Levy Economic Institute of Bard College, Public Policy Brief, n° 112, 2010). Cada linha de argumentação defende um conjunto de políticas para superar o momento atual e tem projeções sobre as perspectivas norte-americanas de sair da crise.

Na década de 1930, a crise caracterizou-se por quedas elevadas no nível de atividade econômica no período 1929-1933, sendo que o PNB norte-americano caiu em mais de 30% entre esses anos. Os efeitos da crise estenderam-se muito além. O PIB só voltou ao nível de 1929 em 1937 e a renda per capita daquele ano só foi novamente alcançada durante a Segunda Guerra Mundial². No caso atual, os efeitos sobre o nível de atividade foram muito menores – segundo o *World Economic Outlook*, do FMI, apenas

em 2009 o crescimento do produto norte-americano foi negativo. No entanto, uma taxa de desemprego elevada (superior a 9%) e uma frágil recuperação, com baixas taxas de crescimento, parecem ser características persistentes.

Uma diferença marcante entre as duas crises foi o momento em que se deu a troca de governo de um Republicano para um Democrata. Em 1933, a crise tinha chegado ao seu apogeu e Roosevelt tinha condições políticas de fazer reformas profundas nas instituições econômicas e

financeiras norte-americanas. Os objetivos imediatos do presidente eram o de criar empregos e gerar rendas o mais rápido possível. Os opositores do regime estavam enfraquecidos e não opuseram resistência a suas políticas.

Quando Obama chegou ao poder em 2009, a crise tinha eclodido há pouco tempo. Autores como Thomas Ferguson e Robert Johnson mostraram que a iniciativa de Paulson para conter a crise (que foi chamada de *Paulson Put*) foi uma tentativa de tentar poster-



gar a realização de perdas para depois da eleição de novembro³. Depois da posse, Obama fez poucas alterações na equipe econômica, mantendo em posições de comando pessoas comprometidas com os interesses da comunidade financeira norte-americana. O presidente assumiu o governo e foi recebido, sem trégua, com fortes pressões de uma oposição vigorosa e sectária. Sua agenda na área social, em especial sua reforma da política de saúde, transformou a questão fiscal no principal tema do debate no Congresso.

A ação anticíclica de Obama foi baseada no *The American Recovery and Reinvestment Act*, aprovado em 17 de fevereiro de 2009, que estabelecia um programa de dispêndios envolvendo vários programas federais, crescimento e extensão de certos benefícios através do *Medicaid*, compensações por desemprego e programas de alimentação. Essa lei tinha um orçamento de 787 bilhões de dólares, que era considerado um valor modesto por vários economistas de sua administração. Desse montante, apenas 500 bilhões de dólares estavam relacionados a contratos, doações ou empréstimos, com efeitos previsíveis sobre a demanda agregada. Redução de impostos perfazia o resto da previsão de gastos. Parte dos gastos deveria ser realizada no longo prazo, sem efeitos imediatos na economia.

A crise econômica norte-americana tinha dois componentes. Um era resultado do estouro da bolha do *subprime*, afetando as instituições financeiras que eram as detentoras dos ativos deflacionados. Outro era o resultado da deflação dos ativos e das restrições de crédito sobre a capacidade de compra das famílias. Desde a década de 1990, as famílias norte-ameri-

canas vinham usando seus ativos como colaterais para obter crédito. Na medida em que suas propriedades tinham perdido valor e que muitas famílias estavam endividadas, a redução do consumo até a restauração de uma melhor posição financeira era um comportamento esperado. A política empreendida pelo governo norte-americano foi suficiente para resgatar a situação econômica dos grandes bancos, mas não melhorou o problema da dívida acumulada pelas famílias. O resultado óbvio é uma lenta recuperação da economia e o constante risco de um novo repique da crise, em vista das pressões pelo corte de gastos públicos para atender ao serviço da enorme dívida pública, contraída para resgatar o setor financeiro.

Ou seja, tanto o governo Bush como o governo Obama empreenderam políticas que atenderam a demanda de um segmento poderoso, política e economicamente, nos EUA – os grandes bancos e outras empresas financeiras. A massa da população, formada pelos tomadores dos empréstimos, foi duplamente afetada: (i) pela redução do crescimento econômico – e portanto dos empregos – e (ii) pela maior restrição ao crédito. A conta, no entanto, expressa em uma enorme dívida pública, deve ser paga pelo conjunto da população. Curiosamente, a ideia de que essa dívida, surgida da socialização das perdas do setor financeiro, é produto da irresponsabilidade de um Estado gastador tem prevalecido na opinião pública. Nas condições atuais, a capacidade de usar política fiscal como um instrumento anticíclico parece muito reduzida. A política keynesiana, que foi desenhada para combater deflação das rendas, não é eficiente em um cenário em que o problema é o tamanho do

endividamento das famílias e a sensação de insegurança gerada pela sensação de empobrecimento, devido à perda de valor de suas propriedades e ativos.

A crise interna é agravada pela crise externa. A situação econômica da Europa impõe limites para a ideia de recuperar a economia norte-americana pela demanda externa. Mesmo que países em desenvolvimento e, em especial, a China e outros países asiáticos contribuam para a expansão do comércio internacional, o possível efeito da demanda desses países na economia norte-americana é reduzido.

Há várias indicações que os efeitos da crise vêm se tornando crônicos. Ou seja, a economia norte-americana, mesmo em um cenário positivo, crescerá pouco e terá de sustentar um nível elevado de desemprego. Nessas circunstâncias a agenda política passa a ter um maior peso na estratégia econômica. Na campanha presidencial do próximo ano, entre os temas fundamentais estarão o desemprego e o tamanho da dívida pública. Os republicanos apresentam-se com sua estratégia de sempre, inalterada desde os anos Reagan – defendem redução de impostos e corte de gastos sociais. Essa agenda, analisada em detalhes por James Galbraith no livro *The Predator State: How Conservatives abandoned the Free Market and why the Liberals should too* (Free Press, 2009), foi capaz de obter enorme apelo popular e, mesmo em retração, é ainda aceita por grandes setores da sociedade norte-americana. Por outro lado, os democratas não vêm sustentando propostas de mudanças ousadas. Seu discurso tem sido o de apresentar uma política similar a dos republicanos, mas enfatizando a necessidade de corrigir falhas de mercado, não reduzir impostos dos

ricos e manter nos níveis presentes o gasto social.

Minha conclusão é que, na arena política norte-americana, não há uma estratégia crível de saída da crise. No passado, os efeitos de longo prazo da crise de 1930 foram apagados com a economia de guerra. No presente, pequenas vitórias contra o terrorismo, como a recente morte de Bin Laden, provavelmente serão decisivas para uma vitória eleitoral. Mas não há perspectivas de que, atualmente, fatores exógenos resgatem a economia norte-americana. Alguns pós-keynesianos, como Galbraith, acham que essa situação vai levar à ascensão final das políticas que defendem. Esse autor termina um artigo sobre a crise de 2008 afirmando:

«*Eu desejo que sejam John Maynard Keynes, Wynne Godly and Hyman Minsky [e não Marx] que venham a rir por último nesses assuntos (...). Porque eu acho que o momento em que a questão será decidida não está muito à frente.*» (*The Great Crisis and The American Response*, Public Policy Brief, No118, 2011, pg.11).

Eu, sinceramente, espero que o otimismo de James Galbraith seja mais do que um *wishful thinking*.

* Luiz Carlos Delorme Prado é professor do Instituto de Economia da UFRJ e diretor-presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. E-mail: lcdprado@gmail.com

1 Ver, por exemplo, o artigo de Aldo Barba e Massimo Pivetti, *Rising Household debt: Its causes and macroeconomic implications – a long-period analysis*, Cambridge Journal of Economics, 2009, 33, pp.113-137.

2 Ver Prado, LCD - *A Economia Política da Grande Depressão da década de 1930*, em Limonic, F & Martinho, Carlos, *A Grande Depressão*, Civilização Brasileira, 2009.

3 Ver Thomas Ferguson e Robert Johnson, *Too Big to Bail: The Paulson Put, Presidential Politics and the Global Financial Meltdown*, Part I, *International Journal of Political Economy*, 38, no1, pp.3-34 e Part II, *International Journal of Political Economy* 38, n° 2, pp.5-45.

“Houve a década perdida da América Latina nos anos 1980 e é bem possível que atualmente esteja em curso o início da década perdida para países como Grécia, Irlanda e Portugal.”

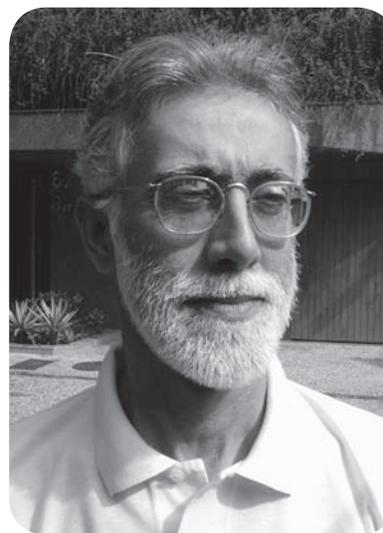
Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e co-autor do livro *A Economia Política do Governo Lula* (Ed. Contraponto, 2007), Reinaldo Gonçalves analisa nesta entrevista a situação econômica de países e regiões chaves, no momento atual de desdobramento da grave crise de 2008/2009, e faz um alerta a respeito da vulnerabilidade do Brasil.

P: Quase três anos após a concordata do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, como você analisa o quadro externo, especialmente a partir do comportamento das economias dos Estados Unidos e da Europa?

R: Não há crise global como em 2008-09, mas há focos de crise bastante visíveis e incertezas críticas. Além da grave crise nos países periféricos, inclusive na Europa meridional, central e oriental, há sérios problemas no centro do sistema econômico internacional. Tomemos os casos da locomotiva EUA e da sublocomotiva Japão. Mesmo depois dos elevados estímulos fiscais e monetários, a economia estadunidense continua patinando e mostrando fragilidades. Em 2011, o déficit público previsto é de 11% e a margem de manobra para políticas fiscais e monetárias expansionistas reduziu-se significativamente. O nível de endividamento público cresceu muito e a taxa

básica do FED deve continuar próxima de zero. As previsões de crescimento do PIB dos EUA estão sendo revisadas para baixo e a taxa de desemprego voltou a superar 9% em maio, ao mesmo tempo em que o elevado nível de endividamento geral, das famílias, empresas e do governo, restringe os gastos. Ou seja, a “saída keynesiana” da crise mostrou, mais uma vez, que tem fôlego curto. A “saída do gasto bélico”, por seu turno, continua em ação, na Ásia e no norte da África. O governo dos EUA está tentando, ainda, a “saída schumpeteriana”, via gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Esta saída reforçará o papel protagonista dos EUA na economia mundial, mas ela toma algum tempo para dar resultados.

O Japão, por seu turno, teve a “dádiva divina” do maremoto que destruiu a infraestrutura e, portanto, criou condições de expansão dos investimentos. Neste sentido, as perspec-



tivas para o Japão são mais favoráveis no médio prazo. Para ilustrar, o FMI prevê queda de 0,7% do PIB japonês em 2011 e crescimento de 2,9% em 2012. Na Europa, há grande diversidade de trajetórias. As sublocomotivas alemã e francesa estão se recuperando gradativamente devido aos investimentos domésticos e à competitividade internacional, ainda que persistam restrições quanto às contas públicas.

P: Para muitos, o arranjo institucional que levou a União Europeia a adotar o euro está com os seus dias contados. Como você avalia essa questão?

R: No conjunto dos países desenvolvidos, a Alemanha tem mostrado grande capacidade de recuperação. Ela tem como herança negativa as graves crises em países europeus que, de alguma forma, fazem parte da

sua zona de influência. Resgatar os bancos alemães que se envolveram na tragédia grega e em atividades de alto risco na Europa tem criado restrições ao próprio processo de recuperação alemã e, portanto, do conjunto da Europa, tendo em vista o peso relativo da Alemanha. Não interessa à Alemanha que os seus vagões descarriem e que o sistema monetário europeu se enfraqueça. O euro deverá continuar como a segunda moeda mais importante do mundo. A força do euro depende da Alemanha e da França e não da periferia europeia. O euro e a integração europeia continuarão existindo, pois são funcionais para a consolidação do poder econômico e político da França e, principalmente, da Alemanha.

P: Grécia, Irlanda e Portugal, em que pesem os programas de ajuste em curso, conseguirão financiar as suas respectivas dívidas, de acordo com o apetite dos seus credores?

R: O processo de ajuste está sendo doloroso e continuará assim por muitos anos. Estes países cometeram erros graves e terão que pagar por estes erros. Eles não têm autonomia de política monetária e política fiscal. Portanto, todo o ajuste está focado no corte de

gastos, aumento de impostos e privatizações. O fato concreto é que eles são irrelevantes para o mundo e são peões no tabuleiro de xadrez europeu. Houve a década perdida da América Latina nos anos 1980 e é bem possível que atualmente esteja em curso o início da década perdida para países como Grécia, Irlanda e Portugal. É velha história: faça suas escolhas, faça seu caminho.

P: Como você analisa a possibilidade de países como a Espanha e a Itália virem a sofrer crises de financiamento de suas dívidas?

R: Há riscos. Entretanto, grandes devedores recebem melhor tratamento do que pequenos devedores. Não penso que o sistema financeiro internacional reaja em relação a estes dois países da mesma forma que fez com os “peões” europeus. Espanha não é Portugal, Itália não é Grécia. O mercado é implacável, principalmente o financeiro, e tende a “chutar cachorro morto” e, por outro lado, evita enfrentamento com países de maior peso relativo. A instabilidade nestes países deve, cada vez mais, ser gerada internamente como resultado da pressão da sociedade no sentido de minimizar o custo do ajuste e da estabilização econômica. Nestes países haverá mais instabilidade política do que econômica.

P: Em que medida a política de recompra de títulos públicos, combinada com taxa de juros

próximo de zero, adotada pelos Estados Unidos, interfere na crise europeia?

R: A expansão monetária e os juros baixos nos EUA facilitam o ajuste de balanço de pagamentos em todo o mundo, inclusive na Europa. Por outro lado, países que têm uma gestão macroeconômica incompetente, como o Brasil, sofrem impacto negativo. Por exemplo, apreciação cambial e forte crescimento do passivo externo.

P: A economia dos EUA está se recuperando? Está correta a política de Obama de combate à crise? Com que cenários você trabalha para a maior economia mundial?

R: **A recuperação nos EUA está fraca e marcada por incertezas críticas. Este é o problema central. O elevado nível de endividamento dos indivíduos deve restringir o consumo no horizonte previsível, mesmo com juros baixos. O espaço fiscal do governo está cada vez mais reduzido. E as empresas estão cautelosas quanto aos investimentos. A demanda externa líquida tem peso relativamente pequeno como fonte de expansão de demanda agregada nos EUA. Entretanto, o governo tem estimulado a saída via progresso técnico – criação de novos bens e serviços – e aumento de competitividade internacional. É provável que a**

PIIGS



o PIB da América Latina e Caribe caiu 1,8% em 2009. No conjunto de 33 países, 19 tiveram queda do PIB em 2009. A questão central é que a vulnerabilidade externa estrutural da região é muito elevada em todas as esferas das suas relações econômicas internacionais.

Na esfera comercial, a região é dependente da exportação de commodities, sendo que esta vulnerabilidade aumenta em países que sofrem a reprimarização do seu padrão de comércio. Na esfera produtiva a região depende do desempenho das subsidiárias de empresas transnacionais, que reagiram à crise cortando investimentos na região e enviando recursos de tesouraria para as matrizes. Na esfera tecnológica o hiato é crescente frente à aceleração do progresso técnico, de forma que a relação entre despesas com importação de tecnologia e os gastos com P&D caem. Na esfera monetário-financeira a vulnerabilidade externa estrutural é particularmente elevada, tendo em vista os desequilíbrios de fluxos e de estoque. No conjunto de 33 países, 24 tiveram déficit de transações correntes em

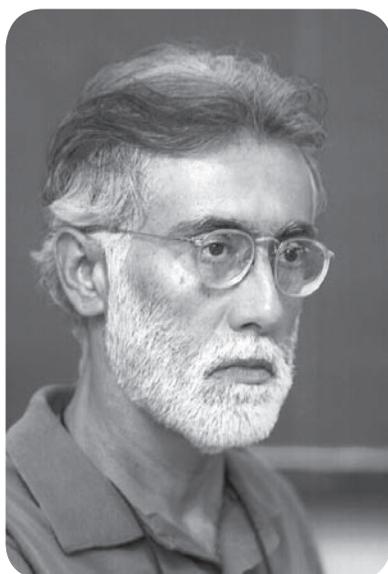
economia dos EUA saia da crise ainda mais robusta no horizonte de médio e longo prazo.

P: Muitos analistas afirmam que a América Latina escapou ilesa à crise. Qual é a sua visão?
R: Épiadaouignorância. Vejamos:

2010. O passivo externo continua crescendo em função da liberalização financeira.

P: Qual foi o impacto da crise no Brasil? Há sequelas?

R: Perguntem aos ex-executivos e proprietários da Sadia e do Unibanco. A blindagem do Brasil é de papel crepom. Para ilustrar, as exportações caíram 23% em 2009 e 2008-09 inaugurou um período de crescentes e graves déficits de transações correntes. Não podemos esquecer que a vulnerabilidade externa estrutural do Brasil au-



mentou no passado recente. Isto faz parte da herança nefasta de Lula. Para ilustrar, o passivo externo financeiro líquido do país aumentou de US\$ 220 bilhões no início de 2003 para US\$ 630 bilhões. Este passivo é igual ao passivo externo menos a participação de capital de empresas estrangeiras no país e menos as reservas internacionais. Para os próximos cinco anos, o FMI prevê déficits de transações correntes superiores a 3% do PIB para o Brasil.

Famílias, empresas e governo que se endividam extraordinariamente pavimentam o caminho mais curto para crises externa, financeira e real.

O Brasil está repetindo erros cometidos por Grécia, Portugal e Irlanda no passado recente. E o Brasil ainda persiste com o “tridente satânico” do juro cronicamente alto, do superávit primário e do câmbio flutuante, que são responsáveis por taxas medíocres de investimento (17% em média no governo Lula). Vale repetir que o crescimento da renda no governo Lula esteve abaixo da média secular do país e foi medíocre pelos padrões internacionais atuais. A previsão do FMI de crescimento da economia mundial é de 4,3% em 2011 e 4,5% em 2012. Para o Brasil a previsão é de 4,1% e de 3,6% respectivamente. Ou seja, o Brasil continua “andando para trás” em uma trajetória de risco crescente.

P: E a China, beneficiou-se dos problemas alheios para assumir a condição de incontestável segunda potência econômica mundial?

R: A China deve continuar crescendo a taxas muito elevadas nos próximos anos. Este país sempre teve uma extraordinária base material de poder informada pela sua população e território e, desde 1978, incrementada pela riqueza crescente. Atualmente a China já é o mais importante país exportador de bens do mundo. A geração de riqueza cresce a taxas muito superiores a da locomo-

tiva EUA e das sublocomotivas Japão, Alemanha e França. A China está, de fato, efetivando seu poder potencial e se qualificando para ser uma sublocomotiva no médio prazo. A ascensão da China decorre, em grande medida, dos seus méritos e deméritos próprios. Dentre os méritos, os destaques são a base material e a estratégia definida de desenvolvimento acelerado com redução de vulnerabilidade externa estrutural. Dentre os deméritos, os destaques são a degradação ambiental e a extraordinária exploração do trabalhador.

Penso que a bipolaridade equilibrada deve ser o eixo estruturante da economia mundial no futuro previsível. Desta vez, a bipolaridade econômica será baseada mais em cooperação do que conflito, que marcou a bipolaridade política das quatro décadas pós-II Grande Guerra. Isto, naturalmente, não significa um mundo melhor. Simplesmente é o deslocamento do cenário de multipolaridade para um horizonte ainda mais longínquo. Neste

cenário, o Brasil está em uma trajetória de alto risco, marcada por: deslocamento da fronteira de possibilidade de produção, cada vez mais enviesada para o setor primário; endividamento crescente; desindustrialização relativa; reprimarização do padrão de comércio; atraso tecnológico; e crescentes desequilíbrios de fluxos e estoques nas contas externas. Isto tudo faz parte da herança nefasta do governo Lula. E, portanto, o país deverá continuar como vagão de 3ª classe no sistema econômico internacional e com crescentes riscos de crise externa, financeira e real, ou seja, Brasil como vagão descarrilhado. **Nos termos desta herança, o Brasil fica com menor atrelagem à locomotiva estadunidense e maior dependência em relação ao atual vagão de primeira classe que é a China, que deverá se transformar gradativamente em sublocomotiva da economia mundial. Pobre Brasil: destinado a ser periferia!**

PIB, países selecionados: variação real 2009-10 e projeções 2011-12 (%)

	2009	2010	2011	2012
Mundo	-0,5	5,1	4,3	4,5
Estados Unidos	-2,6	2,9	2,5	2,7
Alemanha	-4,7	3,5	3,2	2,0
França	-2,6	1,4	2,1	1,9
Japão	-6,3	4,0	-0,7	2,9
China	9,2	10,3	9,6	9,5
Brasil	-0,6	7,5	4,1	3,6

Fonte: FMI, junho 2011

Há ainda muito o que fazer na política econômica

■ Antonio Corrêa de Lacerda*

Para a economia mundial no cenário que sucede à grande crise deflagrada em 2008, ainda insolúvel para muitos países, tem prevalecido uma verdadeira revolução. O Estado teve o seu papel revisito para fazer frente aos enormes desafios e as políticas macroeconômicas, fiscal, monetária e cambial têm sido revistas para combater os efeitos da crise, corrigir as distorções e buscar retomar o crescimento.

É curioso que, diante de tanta mudança no quadro mundial, ainda haja quem afirme, aparente com convicção, que não há o que ser mudado na política econômica brasileira. No que se refere às taxas básicas de juros, por exemplo, as explicações convencionais sobre as causas do seu elevado nível são, cada vez mais, insustentáveis. A economia brasileira apresenta indicadores de déficit público e dívida pública, proporcionalmente ao Produto Interno Bruto, muito melhores do que a maioria dos países. Além disso, o fato de sermos classificados como Grau de Investimento pelas principais agências internacionais de classificação de risco deveria ser mais um fator diferencial.

Tomando-se as taxas de juros praticadas, há uma boa ilustração da distorção. Enquanto o Brasil oferece juros de 12% ao ano para títulos de dez anos, outros países com fundamentos macroeconômicos muito piores praticam juros bem



mais baixos. São os casos de Irlanda (10,8%), Portugal (9,8%), Espanha (5,2%) e Itália (4,6%), que enfrentam graves problemas de solvência. Mesmo no caso da Grécia, que junto com

os demais compõe o chamado PIIGS, a taxa de juros é de 15,9%, apenas poucos pontos acima da brasileira.

Outra disparidade evidente está na falta de diferenciação no Brasil entre os juros de longo, médio e curto prazos. Enquanto na maioria dos países as aplicações de curtíssimo prazo são remuneradas a taxas nominais muito baixas, próximas de zero, a economia brasileira mantém uma estrutura de remuneração que oferece uma trindade pouco provável nos mercados: segurança, liquidez e rentabilidade.

Para além da alegada necessidade genérica de “corte nos gastos públicos”, que virou uma panaceia, o Brasil tem uma vasta agenda de assuntos a evoluir visando corrigir as distorções:

- 1) criar uma estrutura de mercado que diferencie os juros dos títulos de longo, médio e curto prazos;
- 2) avançar no processo de desindexação de contratos e tari-

fas públicas, para diminuir a rigidez e a inércia da inflação;

- 3) aprimorar o sistema de metas de inflação, tornando-o mais flexível em termos de prazo e indicadores a serem considerados;
- 4) ampliar a captação de expectativas do mercado e o diálogo com os agentes, hoje excessivamente restritos ao mercado financeiro.

Sob o ponto de vista das metas de inflação em si, no sistema brasileiro, há aspectos que lhe dão um relativo grau de flexibilidade, como a tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo do centro definido. Esta margem serviria justamente para acomodar distorções. Ocorre que, nos momentos em que a inflação acumulada começa a se aproximar do teto, como há alguns meses, observa-se uma certa histeria nos mercados. Ainda mais se a política monetária ousar adotar alternativas, como as chamadas medidas macroprudenciais adotadas com coerência nos últimos meses.

A questão é o tratamento a ser dado aos choques de oferta.

Os preços de commodities, por exemplo, são formados no mercado internacional, baseados não apenas na demanda física, mas também na especulação dos mercados futuros, especialmente na fase atual, de juros baixos nos países mais ricos.

Estes choques de oferta acabam sendo enfrentados no Brasil com medidas típicas de combate à inflação de demanda. Este processo provoca distorções, pois desestimula o nível de atividades e de investimentos produtivos, além de encarecer fortemente o custo de financiamento da dívida pública e fomentar a valorização do real.

É muito importante que o Banco Central tenha autonomia operacional. Mas a autonomia necessária não se restringe exclusivamente aos poderes da República. Urge criar as condições para torná-lo menos refém das visões excessivamente de curto prazo do mercado financeiro. Embora elas devam fazer parte do leque de fontes a serem consideradas, não devem se constituir no “monopólio das expectativas” observado no nosso caso.

O desafio do câmbio

O Brasil vem defendendo a inclusão do tema política cambial no âmbito das relações econômicas internacionais, junto ao G-20, ao FMI e à Organização Mundial do Comércio (OMC). É verdade que o fato de introduzir o tema na agenda não garante resultados, muito menos imediatos. Além disso, há países contrários à inclusão do tema, como os EUA e principalmente a China.

A economia mundial apresenta um quadro de desordem monetária e cambial, especialmente agravada depois da cri-



se. Desvalorizações cambiais, assim como emissões de moeda, como fez no final do ano passado o FED (Federal Reserve), têm provocado distorções na competitividade internacional. As taxas de juros muito baixas nos EUA, Europa e Japão têm estimulado um brusco reposicionamento dos portfólios. As operações *carry trade*, a arbitragem entre taxas de câmbio e de juros, deslocam fluxos de capitais para países que praticam taxas de juros mais altas, o que provoca a valorização das suas moedas.

Do outro lado, a China definiu há décadas uma estratégia de câmbio desvalorizado, que reluta em alterar, como fator principal da sua competitividade. Isso é também agravado por práticas desleais na produção e no comércio internacional, como desrespeito às patentes e propriedade intelectual, meio ambiente, utilização do “dumping social” e outras distorções.

Diferentes análises internacionais apontam para o Yuan chinês subvalorizado relativamente ao Dólar norte-americano, enquanto que o Real está sobrevalorizado. Isso, na prática, significa que somente pelo aspecto do câmbio, o custo de um produto fabricado na China, expresso em dólares norte-americanos, que é a base de

comparação internacional, é bem menor do que o produzido no Brasil, sem considerar os outros fatores de competitividade.

Muitos outros países têm se aproveitado da conjuntura para fortalecer sua posição competitiva, desvalorizando sua moeda como fator de incentivo às exportações e de proteção à produção doméstica. É uma forma de criar um antídoto para os efeitos da crise, visando principalmente à retomada da atividade, assim como preservar emprego e renda, na linha “empobreça seu vizinho”.

Todas as disparidades apontadas transformam as negociações comerciais no âmbito multilateral uma verdadeira “peça de ficção”. O nível de alíquotas de proteção aduaneira, nas quais se baseiam as rodadas de negociação, são amplamente superadas pelos artifícios monetários e cambiais.

A OMC (Organização Mundial do Comércio) sucedeu ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, na sigla em inglês), em 1995, no auge da globalização, incorporando vários novos temas correlatos ao comércio internacional. Isso a diferencia das instituições criadas a partir da Conferência de Bretton Woods (1944), como o FMI e o Banco Mundial, que permaneceram basicamente com os mesmos instrumentos desde quando foram criados, apesar da enorme transformação da economia mundial nas últimas três décadas, agravadas recentemente pelos efeitos da crise.

No entanto, a problemática cambial e os temas macroeconômicos ainda representam verdadeiro tabu na agenda das negociações internacionais. A emergência da China e o seu peso na economia mundial é outro aspecto que requer

uma mudança de abordagem.

Ainda no âmbito das negociações internacionais prevalecem temas não solucionados, como os subsídios praticados pelos europeus e o protecionismo do mercado norte-americano, que são de grande relevância para os países que pretendem aplicar sua participação naqueles grandes mercados.

O Brasil faz bem em protagonizar a discussão do tema cambial nos órgãos multilaterais, assim como reiterar as demais distorções. Faz-se necessário uma nova ordem econômica internacional, que regule tanto os aspectos macroeconômicos como a questão cambial, assim como as demais disparidades nas práticas de comércio.

Isso, no entanto, não nos exime de conduzir e implementar uma agenda interna a ser trabalhada. Vários dos fatores de competitividade sistêmica, como tributos, custos de administração, logística e infraestrutura, são maiores no Brasil que nos demais países, como atestam vários *rankings* internacionais. Além disso, os aspectos macroeconômicos fundamentais como câmbio e juros precisam levar em conta o cenário internacional e serem adequados à nova realidade.

Também será oportuno fomentar as políticas de competitividade (políticas industrial, comercial e tecnológica/inovacional), para fortalecer e criar novas competências. Este é o desafio da Política de Desenvolvimento Produtivo, ora em elaboração pelo governo.

* Antonio Corrêa de Lacerda, economista, doutor em Economia pelo IE/Unicamp, é professor da PUC-SP e da Fundação Dom Cabral e ex-presidente do Corecon-SP, do Cofecon e da Sobeet. É autor de vários livros, dentre os quais *Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil*. E-mail: aclacerda@puccsp.br

A resposta da China frente à crise sistêmica de 2008-2009

■ Alexandre Palhano*

Segundo dados da publicação *The Economist*, a crise sistêmica provocou uma retração de 0,7% da economia mundial em 2009 e uma queda de 12% do comércio mundial, com impacto mais acentuado nas nações desenvolvidas. Os efeitos da crise ainda são sentidos, seja com o crescimento acelerado do desemprego na área da OCDE, seja com a crise da dívida soberana que assola a Europa.

No entanto, os países em desenvolvimento vêm tendo uma recuperação rápida e, notadamente, a China foi a nação menos afetada pela crise sistêmica. Também ficou evidente, durante a crise, o maior descolamento da economia chinesa frente à norte-americana. Desta forma, trataremos de levantar no presente artigo alguns elementos que explicam esse notável desempenho.

O vigoroso crescimento econômico da China, de 9,8% a.a. nos últimos trinta e três anos é um fenômeno equivalente em importância ao crescimento acelerado dos EUA no final do século XIX e início do século XX. Portanto, não se trata simplesmente de exaltar o sucesso do *catching-up* chinês, mas de compreender que a economia e a geopolítica mundial estão se transformando rapidamente com o fenômeno da ascensão chinesa.

Esse desenvolvimento acelerado foi construído dentro de um modelo híbrido, com forte participação do Estado na economia (herança da experiência socialista), tanto no planejamento e na promoção do crescimento econômico como na construção e governança do mercado.

A base do crescimento foi a consolidação da maior indústria manufatureira mundial. Cabe notar que o alto grau de competitividade da in-

dústria chinesa não advém somente do câmbio desvalorizado em relação ao dólar, aliado a salários nominalmente baixos, se comparados com os níveis praticados nas principais economias ocidentais. Na verdade, operou-se uma verdadeira revolução no campo microeconômico, ampliando os ganhos de escala e reduzindo drasticamente o custo médio da indústria.

Deve-se destacar a forte presença do Estado na economia sob diversos prismas, seja como planejador (um processo de construção do mercado sobre as bases de uma economia planejada altamente centralizada), ou como promotor do desenvolvimento econômico por intermédio das empresas estatais e da governança do mercado (controle de preços, controle das importações, etc.).

Volumosos investimentos públicos chineses têm gerado externalidades positivas de grande vulto, as quais são apropriadas pelos segmentos privados. Por outro lado, a eficiência da burocracia estatal tem se destacado pela soberania com que maneja a política econô-

mica doméstica, bem como pela linha política consistente adotada nas relações internacionais, ambas subordinadas às linhas mestras do projeto de desenvolvimento nacional chinês, o qual contempla também a segurança energética.

Por conseguinte, temos um exemplo histórico que nos afasta da falsa dicotomia, de corte liberal ou neoclássico, entre Estado e mercado¹. O fato de o Estado chinês apresentar um perfil altamente intervencionista não implica qualquer óbice ou desestímulo aos investimentos por parte da iniciativa privada. A confiança na evolução dos mercados na China é expressa no estoque dos Investimentos Estrangeiros Diretos no país, que, no final de 2010, totalizou US\$ 574 bilhões, segundo a *The Economist*.

Para cumprir com os propósitos subjacentes à estratégia de desenvolvimento nacional, o Estado implementou paralelamente uma série de outras medidas, tais como a limitação de acesso ao mercado doméstico, a seleção de parceiros para *joint ventures* e a preferência por empréstimos de bancos estatais, dentre outras.

Indiscutivelmente, o crescimento vertiginoso do período 1978-2011 foi puxado pelo setor industrial, inicialmente pela indústria intensiva em trabalho (têxtil e calçado) e depois por diversos outros setores intensivos em capital e tecnologia, evidenciando a forte presença de uma política industrial de cunho desenvolvimentista e inovador. Neste sentido, a abordagem chinesa tem sido influenciada de forma decisiva pela análise das políticas industriais bem-sucedidas de outros países. Como Nolan (2002) ressalta, o objetivo da política industrial chinesa tem sido



construir firmas globalmente poderosas que possam competir utilizando uma série de instrumentos horizontais e verticais.

Outro ponto importante a ressaltar a respeito da política industrial chinesa realizada no período pós-reforma é que, além de ter como epicentro as firmas estatais, ela visou uma mudança qualitativa na estrutura produtiva do país. Com isso, as exportações cresceram aceleradamente, sobretudo depois de 1990, e os produtos de maior valor agregado aumentaram suas fatias de mercado nas exportações globais. Objetivou-se favorecer o aumento da elasticidade-renda das exportações *pari passu* à redução da elasticidade-renda das importações, possibilitando, assim, um ciclo de crescimento endógeno. Ademais, as exportações chinesas ampliaram sobremaneira os mercados de destino, reduzindo a dependência em relação ao mercado norte-americano.

Essa direção da política industrial reflete escolhas políticas dos dirigentes chineses, desde a transição do chamado “socialismo de comando” para o chamado “socialismo de mercado”, procurando trilhar um caminho híbrido, rumo a uma economia mista, mas recusando a privatização em grande escala recomendada pelo *mainstream economics* e pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial. As mudanças institucionais, que combinam planejamento central, iniciativa local e uma política de atração de investimentos externos estratégicos, vêm desafiando os dogmas da ortodoxia durante a transição, inclusive no tocante aos direitos de propriedade, tema caro ao pensamento liberal.

Na China, o setor financeiro promove uma escolha estratégica que subordina o regime de acumulação financeira à produtiva. O modelo de desenvolvimento chinês se baseia na premissa de que a indústria manufatureira necessita de suporte financeiro em suas fases iniciais. Esta escolha, a cargo dos *policy makers* chineses, difere

em muito do padrão existente na maioria das nações emergentes². Com efeito, ao priorizar a expansão e sofisticação do setor manufatureiro em detrimento do setor financeiro, o padrão de desenvolvimento resultante tende a ser mais profundo e sustentável economicamente.

O processo de transição a que aludimos anteriormente foi caracterizado pelo gradualismo na implantação das reformas econômicas e, do ponto de vista político, pelo fortalecimento do poder do Partido Comunista Chinês (PCC) (Medeiros, 2009), bem como do Exército de Libertação Popular (ELP) (Martí, 2007). Curiosamente, o contrário do que ocorreu na ex-URSS, visto que, neste último caso, resultou de um embate político interno e externo (Medeiros, 2009 e Losurdo, 2004).

Losurdo (2004) enfatiza que, diante da dissolução da URSS e do “campo socialista”, não seria mais possível à China isolar-se do mercado capitalista global, sob pena de condenar-se ao atraso e à impotência. O autor acredita que o regime social atualmente vigente na China se apresenta como uma espécie de gigantesca e prolongada NEP³. A idéia central de Losurdo e de outros autores de formação marxista é de que a NEP seria uma precursora da Economia Socialista de Mercado (ESM). Contudo, do ponto de vista político-ideológico, tal modelo apresentaria uma série de riscos pelas contradições endógenas que pode engendrar.

A China é marcada, desde sua origem como nação, pela forte presença do Estado na organização da sociedade. Esta presença foi amplificada na experiência comunista (1949 – 1977) e, em grande medida, preservada no período que se seguiu às reformas econômicas. Não obstante, a inserção de decisões orientadas pelo mercado, bem como a adesão ao movimento de globalização econômica, não geraram o afastamento do Estado do controle central da economia e da estratégia de desenvolvimento da nação.

E como tudo isso favoreceu a China frente à crise?

A crise sistêmica atual tem dois mecanismos básicos de transmissão: o canal do financiamento e o do comércio internacional. No tocante ao financiamento da economia, a forte presença de bancos públicos impediu a interrupção do circuito de crédito. Quatro bancos estatais (Banco Industrial e Comercial da China, Banco da China, Banco da Agricultura da China e Banco da Construção da China) concentram cerca de 90% de todos os depósitos do país, a despeito da presença de bancos estrangeiros. Os bancos estatais gozam de ótima reputação junto à população.

Já as exportações sofreram redução de 9,1% em 2009, segundo a *The Economist*, recuperando-se com força em 2010 (15,6%) e com projeção de crescimento de 9,6% em 2011.

A retração das exportações em 2009 fez com que a China adotasse uma política fiscal anticíclica, com a adoção de um pacote de gastos públicos da ordem de US\$ 565 bilhões, que buscava estimular a construção civil e os gastos em infraestrutura. O resultado foi o início de uma “bolha especulativa” no mercado imobiliário que, logo percebida, foi duramente combatida pelas autoridades econômicas, encarecendo-se o financiamento às classes média e alta. No entanto, manteve-se o estímulo à construção de milhões de moradias populares.⁴

O resultado mais notável do modelo de desenvolvimento chinês foi a diminuição maciça da pobreza nas três últimas décadas. Segundo Nogueira (2011), a redução da pobreza absoluta (US\$ 1,00/dia de 2005 em PPP) se deu em diferentes períodos históricos:

- 1981-1987: 320 milhões de pessoas;
- 1987-1999: 110 milhões de pessoas;
- 1999-2005: 200 milhões de pessoas.

A inserção de mais de seiscientos milhões de pessoas no mercado de consumo não foi isenta de contradições. São dois os proble-

mas principais que gerou: primeiramente, uma piora na distribuição pessoal da renda e, em segundo lugar, danos crescentes ao meio ambiente, visto que 70,6% da matriz energética é baseada em carvão mineral, segundo o BP *Statistical Review of World Energy 2010*. É sintomático que o XII Plano Quinquenal (2011-2015), recentemente publicado, contemple essas questões.

Podemos concluir que a China parece ter encontrado um caminho que, embasado na dinâmica industrial, com forte atuação do Estado e longe da geração de bolhas especulativas, tem se mostrado bastante viável. A reprodução de modelos vigentes em outros países é algo bastante complicado, dadas as especificidades históricas de cada experiência. Contudo, algumas lições podem ser assimiladas do êxito chinês, como a busca pela eficiência da burocracia pública e o fortalecimento das empresas estatais, que têm sido bem-sucedidas na promoção do desenvolvimento econômico nacional, mesmo no contexto de um mercado mundial dominado por megacorporações transnacionais.

*Alexandre Palhano é economista, consultor da área financeira da Petrobras, doutorando em Economia pelo IE/UFRJ e professor de Geopolítica e Economia da Energia da Universidade Petrobras.

1 Cabe acrescentar que a discussão a respeito do tamanho do Estado também perde o sentido, mudando o foco da questão para a forma da intervenção do Estado. “A intervenção do Estado é um fato. A pergunta apropriada não é ‘o quanto’, mas ‘que tipo’” (Evans, 2004).

2 Nesse sentido, esse modelo é muito similar ao adotado por Japão e Coreia do Sul entre as décadas de 50 e 70, quando os bancos nacionais foram responsáveis por facilitar o crédito para empresas envolvidas na produção.

3 “NEP, sigla pela qual é conhecida a Nova Política Econômica [da URSS] (Nova-ja Ekonomiceskaja Polititka).” (Losurdo, 2004, p. 67)

4 A possibilidade de uma bolha financeira na China parece pouco provável, dado que, mesmo antes da implementação das medidas mais inibidoras do financiamento, eram necessários 30% a título de entrada para se obter um financiamento. Além disso, estima-se que 1/3 das transações foram realizadas sem utilização do crédito.

É mais barato promover saúde

■ Hylton Sarcinelli Luz*

O maior problema de saúde pública do mundo contemporâneo não são as doenças. Nem as mais letais das epidemias das últimas décadas, como as gripes aviária e porcina ou a febre hemorrágica causada pelo vírus Ebola. Tampouco as enfermidades crônicas que progridem com a ampliação da expectativa de vida das populações.

O maior problema de saúde pública atual é o custo. Pelo caráter progressivo, em escala vertiginosa e muito acima da capacidade de geração de recurso pelos Estados nacionais. Resultado de dois fatores.

Um é o crescimento demográfico, impactando os orçamentos nacionais com a ampliação permanente de despesa para prover o direito à saúde. Outro é o alto custo da hegemonia de uma medicina tecnológica que trabalha com a concepção de “combate às doenças”, fomentando a cultura da medicalização e das intervenções radicais contra alterações no organismo.

Embora esta questão seja atualíssima e comprometa todas as nações, mesmo as mais ricas, o debate não é novo, tampouco a resolução proposta para minorar seus efeitos deletérios, dentre os quais se destaca, como mais grave, a ampliação do número de excluídos do acesso a este direito.

Em 1978, no Cazaquistão, debate do tema na **Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde**

resultou na famosa **Declaração de Alma-Ata**, exortando governos, Organização Mundial de Saúde (OMS), UNICEF e as demais entidades a defenderem a busca de uma solução urgente para estabelecer a promoção de saúde como uma das prioridades da nova ordem econômica internacional.

Desde então, a ênfase na importância da atenção primária em saúde é defendida pela OMS como a chave para promover e garantir a saúde como um direito humano universal. Esta declaração convoca os países a agirem com vista ao respeito à diversidade, cooperação e complementaridade dos saberes, considerando a saúde como fator que contribui para a qualidade da vida global e para a paz mundial.

Na perspectiva da promoção, saúde deixa de ser uma oposição ao conceito de “doença” para ser um direito essencial relacionado a uma cadeia de fatores que envolvem as condições de vida das comunidades e que se constituem nos primeiros elementos de um continuado processo de assistência à saúde.

Fatores que incluem pelo menos: educação, no tocante aos problemas prevalentes de saúde e métodos de prevenção e controle; distribuição de alimentos e nutrição; provisão de água e saneamento; cuidado materno-infantil com planejamento familiar; imunização contra as principais infecções; prevenção e controle de doenças endêmicas; tratamento de doenças e



lesões comuns e fornecimento de medicamentos essenciais.

No entanto, para que se promova saúde é necessário ir além do setor saúde, envolver todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, mormente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, as comunicações e outros.

De forma análoga, no campo político, é necessário promover a autoconfiança no poder de determinação dos cidadãos; estimular a participação no planejamento, na organização, na operação e no controle dos cuidados primários de saúde; e garantir a utilização plena de recursos disponíveis e necessários para desenvolver a capacidade de participação das comunidades.

No campo da gestão pública, é necessário que as decisões estejam apoiadas por sistemas de referência, de modo que levem à progressiva melhoria dos cuidados gerais de saúde para todos, priorizando os que têm mais necessidade.

No plano executivo de provimento dos cuidados, é essencial que estejam embasados, nos níveis locais e de encaminhamento, e na participação de todos os que trabalham no campo da saúde. Coletivo que inclui médicos, enfermeiros, parteiras, praticantes tradicionais, auxiliares e agentes comunitários, todos convenientemente treinados para trabalhar, social e tecnicamente, como uma equipe de saúde e respondendo às necessidades expressas de saúde da comunidade.

É neste contexto que, no Brasil, o Ministério da Saúde prioriza o Programa de Atenção Básica, onde a Estratégia de Saúde da Família é uma ação estimulada com recursos relacionados ao cumprimento de metas. No entanto, as dificuldades são gigantescas, pela dissociação com os demais fatores da cadeia, pelo fato de a promoção de saúde não ser um compromisso do Estado, sem repercussão na educação; formativa, em seus diversos níveis; ou popular, como uma cultura socialmente compartilhada.

Racionalizar recursos, para garantir equidade e universalizar o acesso à saúde, não repercute em sociedades doutrinadas para a alienação cívica e o consumo de “mercadorias de saúde”, indutoras de demandas sociais por meio da oferta desenfreada de novos produtos.

No campo mundial da saúde ocorre o mesmo que no financeiro: a ganância entorpece a ética e gera crises em todos os países, ameaçando a segurança econômica e o bem-estar de vastos contingentes populacionais.

Saúde é um dos maiores campos de negócios do planeta. Vender serviços, produzir medicamentos, equipamentos e outros insumos são investimentos de alta lucratividade. Os interesses econômicos governam as decisões públicas da saúde.

Omite-se da população que as pesquisas em saúde são investimentos privados das indústrias do setor, sem compromisso com a ciência ou melhoria da saúde, estritamente orientados para gerar direitos e patentes na exploração de produtos. Remédios efetivos, seguros e baratos são retirados de produção para dar lugar a novidades, sem garantias de sucesso, ou segurança, mas calculadamente mais lucrativos.

Exaltar números de pesquisas e investimentos visa propalar a imagem de dedicação à ciência e ao desenvolvimento do saber. A imagem de supremacia e benfeitoria da ciência oculta seu verdadeiro interesse, razão de ganhos estratosféricos, a indução da obsolescência progressiva nos serviços, produtos e saberes na saúde.

Não é casual o dilema da exclusão do acesso à saúde,

tampouco as dificuldades em executar a “promoção de saúde” com a abrangência necessária para impactar nos determinantes sociais de saúde e reduzir as brutais iniquidades vigentes.

Tampouco é casual que a educação formativa de recursos humanos na saúde, dependentes dos recursos da indústria, não se comprometa em garantir a liberdade de informação para os estudantes, ou que as mídias trabalhem freneticamente para desqualificar conhecimentos tradicionais e práticas de cuidado que empregam recursos terapêuticos autóctones, acessíveis e de baixo custo.

Alegar falta de pesquisas para comprovar eficácia, segurança, bases científicas e outras justificativas é o meio para postergar a garantia ao direito de escolha terapêutica dos cidadãos e segregar o acesso a investimentos públicos para pesquisas e para a construção de experiências que inovem nas políticas públicas de saúde.

Evita-se declarar interesses econômicos conflitantes entre os saberes científicos hegemônicos e o regime de livre acesso aos conhecimentos das



medicinas tradicionais. Analogamente não se explicita a inadequação de aplicar aos medicamentos homeopáticos os mesmos critérios de medida utilizados para as drogas químicas; preferem desqualificá-los como inócuos, mesmo quando o uso popular contraria os resultados das pesquisas.

Priva-se a população de informações fiáveis sobre benefícios das práticas e conhecimentos das medicinas tradicionais, enquanto inundam as mídias de apelos ao consumo de drogas que, em sua maioria, revelam-se, em pouco tempo, deletérias à saúde.

Estas razões obstaculizam, no plano internacional, o proposto em Alma-Ata e, no plano nacional, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do Ministério da Saúde, que inclui homeopatia, acupuntura e fitoterapia no SUS. Medidas orientadas pela perspectiva de desenvolvimento tecnológico, qualificação de atores sociais e garantia de segurança para insumos, produtos, serviços e usuário.

A PNPIC é uma proposta apta a desenvolver recursos para contornar obstáculos no campo da cooperação, da complementaridade e do respeito entre diferentes, que limitam a aplicação do conceito de promoção de saúde. Não por acaso, a PNPIC foi redigida sem referências a aspectos essenciais à sua implementação, como previsão de fontes de recursos e critérios de monitoramento.

Enquanto promover saúde estimula a cooperação e sinergismo entre práticas e atos de cuidado com a vida, focada no trabalho humano e nos direitos dos cidadãos, a perspectiva patrimonialista do co-



nhhecimento, que se nutre da concepção de combate à doença, foca nos produtos e tecnologias, valorizando os bens produzidos e ofertados para o consumo.

Assim, para pensarmos a crise dos sistemas de saúde, nacionais ou mundiais, é inevitável refletir sobre os elementos que sustentam as desigualdades vigentes. Sobre a necessidade de promovermos equidade, universalizarmos direitos, reduzirmos discrepâncias e estimularmos o respeito à diversidade, condicionantes para desenhar novos regimes de cooperação que integrem práticas de saúde e cuidados com a vida.

Cuidar da vida e evitar o adoecimento é muito mais barato que combater as doenças depois de instaladas.

Democracia na Saúde JÁ!

Participe do movimento que cobra do Ministério da Saúde compromisso e critérios transparentes para a implementação da PNPIC. Apoie a inclusão da Homeopatia, Acupuntura, Fitoterapia, Antroposofia e outras práticas tradicionais em www.ecomedicina.com.br.

* *Hylton Sarcinelli Luz* é médico homeopata e presidente da Ação pelo Semelhante.

A maioria¹ do Estatuto da Criança e do Adolescente

O caso dos dez negrinhos (romance policial brasileiro)

*Dez negrinhos numa cela
e um deles já não se move.
Fugiram de manhã cedo,
mas eram nove.*

*Nove negrinhos fugindo
e um deles, o mais afoito,
dançou, cruzou com uma bala...
Correram oito.*

*Oito negrinhos trabalham
de revólver e canivete:
roupa cáqui vem chegando,
fugiram sete.*

*Sete negrinhos passando
pela rua de vocês,
alguém chamou a polícia.
Correram seis.*

*Seis negrinhos dão o balanço:
Bolsa, anel, relógio, brinco...
Teve um erro na partilha,
sobraram cinco.*

*Cinco negrinhos de olho
na saída do teatro.
Um vacilou, deu bobeira...
Correram quatro.*

*Quatro negrinhos trombando,
todos quatro de uma vez,
Um deles a gente agarra,
mas fogem três.*

*Três negrinhos que batalham
feijão, farinha e arroz.
Um se deu mal: a comida
dava pra dois.*

*Dois negrinhos se embebedam
de pinga, cerveja e rum.
Discussão, briga, navalha...
E fica um.*

*E um negrinho vem surgindo
No meio da multidão.
Por trás desse derradeiro...
Vem um milhão.*

Bráulio Tavares

No dia 13 de julho o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, comemora 21 anos. Entretanto, as políticas públicas voltadas para esse público ainda estão longe da maioria. Recolhimento compulsório, precariedade dos abrigos, falta de poder dos Conselhos pertinentes, são alguns exemplos da *imaturidade* do poder público.

Para fomentar a discussão sobre a efetividade do ECA, o FPO-RJ trata do Orçamento da Criança e do Adolescente, o OCA. Foram analisados a evolução do gasto e o seu peso no orçamento total. Também foram destacadas as metas e gastos do programa de enfrentamento ao uso de drogas.

Para contabilizar os dados do OCA no município carioca foi utilizada a metodologia criada pelas instituições: Fundação Abrinq, INESC e UNICEF. Tal método tem por base três esferas prioritárias – Saúde, Educação e Assistência Social/Direitos da Cidadania – e as divide entre ações exclusivas e não-exclusivas que, de alguma forma, beneficiam crianças e adolescentes.

Apresentaremos ainda uma breve exposição sobre os principais apontamentos feitos no debate “A Maioridade do ECA”, realizado em 9 de junho. A mesa debatedora foi formada por Jacques Schwarzstein (UNICEF), a psicóloga Clayse Moreira (Fundação Bento Rubião/Rede Criança) e a defensora pú-

blica Eufrásia Maria (Coordenadora de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Município do Rio de Janeiro²

Os dados orçamentários foram coletados nas Prestações de Contas, no Plano Plurianual, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

De acordo com a divisão entre as três esferas prioritárias, a Educação atinge uma média de 77%, Saúde representa 20% e Assistência Social 3% entre os anos de 2002 e 2010. Quanto ao peso do OCA no município, não houve variações significantes, oscilando entre 20,5% e 24%. Em termos de montante liquidado, o OCA apresentou um crescimento de quase R\$ 1 bilhão.

A variação mais significativa é o crescimento do OCA *per capita*, espelhado no Gráfico 1.

A evolução deste indicador ocorreu tanto pelo crescimento do montante liquidado do OCA, sobretudo entre os anos de 2005

a 2008, quanto pela constante diminuição da população desta faixa etária entre 2002 e 2009. No período de nove exercícios, o valor destinado a cada criança aumentou 37%, passando de R\$ 1.677 em 2002 para R\$ 2.297 em 2010, ou R\$ 191 mensais para atender direitos à educação, à saúde, atividades de lazer e ações de assistência social voltadas para esta faixa etária.

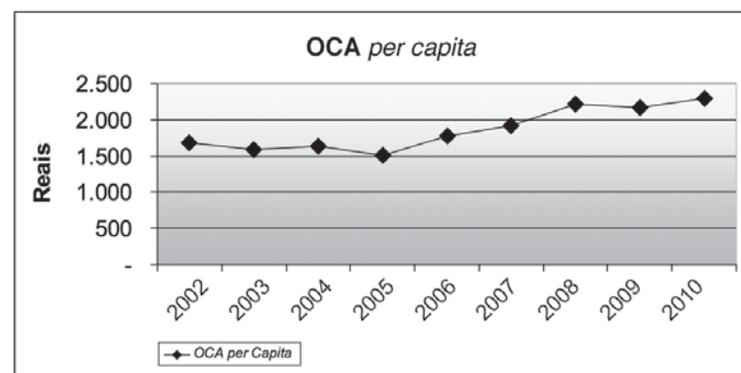
Drogas

Destacamos a atividade “Enfrentamento ao uso e abuso do crack e de outras substâncias psicoativas”, que teve início em 2010. A Tabela 1 apresenta as metas físicas para o período de 2010 a 2012 e a execução do ano passado.

Esta ação tinha como dotação inicial para 2010 cerca de R\$ 3,5 milhões e liquidou pouco mais de R\$ 2 milhões. Para 2011, a previsão é de aproximadamente R\$ 2,9 milhões.

O gasto por criança atendida em 2010 ficou em R\$ 11.083, equivalente a R\$ 923/mês. Vale ressaltar que a previsão de aten-

Gráfico 1



Fonte: Prestações de Contas (2002-2010); PNAD (2002-2010).

Tabela 1

Ação Enfrentamento ao uso e abuso do crack e de outras substâncias psicoativas	2010		2011	2012
	Previsão	Execução	Previsão	Previsão
Produtos:				
Crianças e adolescente abordado	1500	0	Não Consta	Não Consta
Criança e adolescente tratado nas casas vivas	76	78	12	12
Criança e adolescente atendido/embaixada da liberdade	100	109	1440	1440
Usuários atendidos em serviços especializados	Não Consta	Não Consta	76	76

Fonte: LDOs 2010/2011 e PLDO/2012

dimento foi muito mais alta e, se fosse cumprida, o montante gasto com cada criança seria igual a R\$ 103/mês. Para 2011, a previsão é de R\$ 125/mês.

A maioria do ECA

O debate gerou um consenso de que as ações orçamentárias devem efetivar a condição legal da criança como a prioridade das políticas públicas. A falta do apoio político e administrativo necessário à promoção de ações dos conselhos (Tutelares e da Criança e do Adolescente) também é um fator decisivo para a pouca iniciativa governamental nesse aspecto.

A psicóloga Clayse Moreira apontou para a pouca visibilidade que a criança tem no orçamento, e que este não é construído respeitando o contexto social e as necessidades da população, além de ser de difícil compreensão para o público em geral.

Segundo ela, a criança é vista no orçamento através de uma visão negativa, como se fosse um problema a ser resolvido. Há falta de promoção de políticas públicas, que não venham apenas solucionar problemas, mas que também apoiem os di-

reitos e a melhoria da qualidade de vida dessa faixa etária.

Além disso, o investimento que o município disponibiliza para os conselhos tutelares produz pouco impacto sobre a sociedade. Este fato pode ser verificado quando se analisam as condições insalubres de trabalho, a falta de bancos de dados e os baixos recursos para cumprimento de sua missão institucional.

A Defensora Eufrásia Maria focou na debilidade das instituições de amparo às crianças e aos adolescentes e na lógica da política pública estar voltada para o “tratamento” e “acolhimento”, e não para o cuidado dessa faixa da população.

O recolhimento compulsório de crianças e adolescentes, o encaminhamento dos recolhidos às delegacias especializadas e o afastamento das crianças de seus lares quando em condições de violação dos seus direitos são exemplos da política adotada pelo governo que justificam essa crítica. Somam-se a isto a precariedade dos abrigos, que muitas vezes não condizem com as condições impostas pelo ECA, e a falta de estrutura dos Conselhos Tutelares.

Para a defensora é necessá-

rio discutir o espaço da criança nos gastos públicos e, sobretudo, fiscalizar o orçamento.

O mediador do debate, Jacques Schwarzstein, fez menção à dificuldade existente em estabelecer um vínculo entre o orçamento e a realidade – “*não se trata dizer o que tem que ser gasto, mas sim o que deve ser modificado*” – além do fato de as estimativas da quantidade de crianças e adolescentes atendidas não serem feitas com muito rigor. É importante que haja priorização de metas de impacto, ou seja, aquelas que trarão uma mudança efetiva na vida da população, fazendo com que o orçamento seja um mecanismo de atendimento das necessidades sociais.

Neste contexto, a UNICEF propôs e a prefeitura aceitou o cumprimento de vinte metas de impacto nos quatro anos do atual mandato. Dentre elas, a melhora do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico e o aumento do OCA. Entretanto, o monitoramento orçamentário depende da implantação de um sistema de informação público e acessível, que permita à sociedade acompanhar a sua execução. Sem esse sistema, a avaliação do OCA fica prejudicada.

A análise do orçamento corrobora a reflexão do debate, posto que as políticas públicas não priorizam a criança e o adolescente como um segmento que deve ter seus direitos legais garantidos. Declarações do Secretário de Assistência Social,³ Rodrigo Bethlem, de que cada interno custa R\$ 2 mil por mês e de que sem a internação não há como livrar a criança das drogas, comprovam que as ações são voltadas para os “menores”, aqueles que se encontram em condições marginais. A não priorização fica mais evidente pela estabilização do peso do OCA dentro das finanças municipais ao longo de nove anos.

O fortalecimento dos Conselhos Tutelares e do Conselho da Criança e do Adolescente é um caminho para uma política pública mais efetiva. Desta forma, a criança seria encarada como o centro da política pública e não mais como um problema a ser enfrentado.

1 Apesar do Código Civil instituir a maioria com 18 anos de idade, a opção por esse título se justifica para chamar atenção da longevidade da existência do ECA.

2 Os dados orçamentários foram deflacionados pelo IPCA Maio/2011.

3 Jornal Metro de 14/06/2011.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do FPO-RJ através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores.

Nesta edição colaboraram: Clayse Moreira, Eufrásia Maria Souza e Jacques Schwarzstein (debate). E Eduardo Tornaghi (poesia).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ - Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken.

Assistentes: Est. Fabio Pontes, Est. Karine Vargas e Est. Talita Araujo. A versão completa dos dados e das análises sobre este tema está disponível em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp. Contatos: fporiodejaneiro@gmail.com ou 2103-0121 e 2103-0120. Próximo tema: Lei Maria da Penha

Corecon e CRC criam fórum de entendimento

Os presidentes do Corecon-RJ e do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), João Paulo de Almeida Magalhães e Diva Maria de Oliveira Gesualdi, firmaram em 21 de junho o compromisso de estabelecer um convênio para tratar no âmbito administrativo os conflitos referentes às atividades compartilhadas pelas duas categorias profissionais. Gerido pelas secretarias de fiscalização dos dois conselhos, o convênio se encarregará das chamadas atividades de área de sombra, ou seja, aquelas não definidas como privativas na legislação.



A iniciativa tem como objetivo evitar penalizações aos profissionais de economia e contabilidade, impostas pelos conselhos. A intenção é solucionar os problemas a partir de protocolos de entendimento administrativo entre as partes.

Prêmio de Monografia divulga banca examinadora

A banca examinadora da edição de 2011 do Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado será constituída pelos professores Rodrigo Novinsk (do IBMEC-RJ, doutor pelo Instituto Brasileiro de Matemática Pura e Aplicada-IMPA), Julio Russo (da UFRRJ, mestre pela UERJ), Carlos Frederico Leão Rocha (da UFRJ, doutor pela mesma universidade) e Paulo Henrique Araujo (da UFF, doutor pela UFRRJ). O coordenador titular do certame é o conselheiro do Corecon-RJ Edson Peterli Guimarães, enquanto o conselheiro Gilberto Caputo é o coordenador suplente.

O prestigioso concurso tem como objetivo premiar os melhores trabalhos de conclusão do curso de graduação em Economia de estudantes das instituições de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Concorrem os cinco melhores trabalhos de cada instituição, apresentados no primeiro e segundo semestres de 2010.

Os estudantes vencedores receberão prêmios em dinheiro e terão resumos de suas monografias publicados no JE. As inscrições para o prêmio encerraram-se em junho. O Corecon-RJ confirmará em breve o local e a data da cerimônia de premiação.

Agenda de cursos para 2011

FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL

1º de julho a 19 de agosto de 2011

14h às 17h – sexta-feira

Professora Andréa Sampaio Vianna

O curso tem o objetivo de apresentar os principais aspectos da teoria das finanças públicas e discutir a evolução do setor público no Brasil. Serão abordados aspectos polêmicos, como o tamanho do déficit público, nosso sistema tributário e a previdência. É direcionado a estudantes ou profissionais de Economia e áreas afins, que desejem se familiarizar com os conceitos básicos, as evidências e os desafios para o entendimento da realidade fiscal no país. Nesse sentido, aprofunda a abordagem normalmente dada ao tema pelos cursos de graduação e prepara para concursos com o perfil das provas do BNDES e da Petrobras.

TRIGONOMETRIA E GEOMETRIA ANALÍTICA

18 de julho a 19 de setembro de 2011

14h às 17h – segunda-feira

Curso de 30 horas-aula

Professora Carla Cortes Annechini

O curso destina-se aos estudantes e profissionais que desejam rever conceitos do segundo grau, com ênfase nos pon-

tos considerados de maior dificuldade na assimilação e na retenção da aprendizagem. Ao longo do curso, o raciocínio lógico, a resolução de problemas e a interpretação das nomenclaturas e códigos matemáticos serão focalizados.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

25 de julho a 4 de agosto de 2011

14h às 16h50 - segunda a quinta-feira

Professora Claudia Lucia Bisaggio Soares

O curso é direcionado a alunos dos cursos de graduação em Economia, bem como aos profissionais de outras áreas que pretendem compreender e/ou atuar na área da demonstração e descrição da sociedade e do meio ambiente em função da ação econômica do homem. O curso abordará a relação da economia com a construção e prática da área da contabilidade ambiental, passando por uma análise das questões que envolvem a noção de valor econômico e sua implicação nas áreas de contabilidade empresarial e nacional. Esta é uma forma de subsidiar, problematizar e orientar a participação dos economistas nos estudos e análises socioambientais, no desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental (SGA) e na discussão acerca de modelos e indicadores de desenvolvimento econômico.